

96

MENSAGEM N.º 44-CN/83

“Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.001, de 4 de janeiro de 1983, que “reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências.”
Autor: PE (Mens. n.º 26/83).

Comissão Mista

Presidente: Senador Marcelo Miranda
Vice-Presidente: Senador João Lobo
Relator: Deputado Marcelo Linhares

Prazos

Até dia 2-5-83 — na Comissão Mista;

Até dia 10-6-83 — no Congresso Nacional (Const., art. 55, § 1.º)

97

VETO PARCIAL — Proj. n.º 6.781/82
(Mens. n.ºs 15-CN/83 — 521/82-PE)

“Dispõe sobre o reajustamento de alugueres em locação residenciais e dá outras providências.”

Comissão Mista

Presidente: Deputado Pimenta da Veiga
Vice-Presidente: Deputado Nilson Gibson
Relator: Senador Martins Filho

Prazo no Congresso: dia 28-4-83.

98

VETO TOTAL — Proj. n.º 6.740/82
(Mens. n.ºs 20-CN/83 — 528/82-PE)

“Acrescenta à constituição básica da Universidade Federal do Ceará o Centro de Ciências Jurídicas, assegurando-se a restauração da denominação de Faculdade de Direito.”

Comissão Mista

Presidente: Senador Pedro Simon
Vice-Presidente: Senador Aderbal Jurema
Relator: Deputado Nosser Almeida

Prazo no Congresso: dia 28-4-83.

DISCURSO DO SR. DEPUTADO MIGUEL
ARRAES, PROFERIDO NA SESSÃO VESPERTINA DE 8-4-83.

O SR. MIGUEL ARRAES (PMDB — PE. Como Líder.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos a falar de posse de mandato do povo pernambucano, 19 anos depois dos conhecidos acontecimentos que nos afastaram do Governo do Estado. Ter esta possibilidade é inegavelmente motivo de contentamento. Cuidamos de não tomá-la como simples reconquista pessoal, pois o direito que ora exercemos pertence à causa popular que defendemos juntamente com outros companheiros. Inclusive com os muitos que lutam anonimamente, sem a notoriedade das tribunas parlamentares ou dos cargos executivos.

Traz-nos aqui a confiança que temos na luta do nosso povo. A despeito de todos os contratempos e obstáculos que barram sua estrada para o futuro, temos esperança nos seus grandes destinos.

Estas palavras podem não condizer com as circunstâncias em que vivemos. A crise econômica, social e política preocupa os brasileiros sem distinção. Atingidos pelos baixos salários, pela alta do custo de vida, pelos juros, pelas concordatas, pela recessão, por necessidades que vão da falta d'água à paralisação de empresas, todos são levados a tê-la como assunto principal.

Frente a tantas dificuldades, impor-se-ia uma ação comum, capaz de vencê-las, como conclusão do silogismo que automaticamente se arma. Essa conclusão torna-se

aparentemente irrecusável, dado que ninguém pode negar sua colaboração às questões de interesse geral.

Mas a conclusão é incompleta por se basear em premissas incompletas, arrimando-se apenas nas dificuldades de hoje. A crise não apareceu repentinamente com a alta dos preços do petróleo, com a entrada no FMI, com a variação das taxas de juros internacionais. Esses fatos são elos de uma cadeia de acontecimentos que formam nossa história recente.

Na verdade, a crise já foi há muito apontada em documentos dos bispos do Nordeste e do Centro-Oeste, que protestaram contra a marginalização da maioria da nossa população. O próprio General que então ocupava a Presidência da República declarou que o “país ia bem, mas o povo ia mal”.

Se o povo ia mal, a crise já existia para ele. A maioria já estava sofrendo as dificuldades impostas pela marginalização e pelo arrocho salarial que data da segunda metade dos anos 60.

Podem alegar que tudo os governos procuraram fazer para atender a essa situação; que sempre foi esta a sua intenção e a destinação dos seus atos. Mesmo que as intenções tenham sido as melhores, os atos deram resultados opostos. Agravaram a crise, que passou a atingir setores médios, que dela haviam parcialmente escapado.

Por sua vez, o País já não ia tão bem. Passaram a ir mal os próprios empresários, que, de tempos para cá, discordam das medidas isoladas do Governo que lhes tocam os interesses. Como é natural, não contestaram a

99

VETO TOTAL — Proj. n.º 918/79
(Mens. n.ºs 21-CN/83 — 531/82-PE)

“Acrescenta parágrafo ao artigo 236 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

Comissão Mista

Presidente: Deputado Olivir Gabardo
Vice-Presidente: Deputado Jorge Arbage
Relator: Senadora Eunice Michiles

Prazo no Congresso: dia 28-4-83.

100

VETO PARCIAL — Proj. n.º 6.719/82
(MENSAGEM N.º 26-CN/83 e 548/82-PE)

“Modifica a Lei n.º 6.750, de 10 de dezembro de 1979, e dá outras providências.”

Comissão Mista

Presidente: Deputado Pimenta da Veiga
Vice-Presidente: Senador Moacyr Dalla
Relator: Senador Lourival Baptista

Prazo no Congresso: dia 4-5-83.

101

VETO PARCIAL — Proj. n.º 5.545/81
MENSAGEM N.º 27-CN/83 e 549/82-PE)

“Dispõe sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas — IPC.”

Comissão Mista

Presidente: Senador José Fragelli
Vice-Presidente: Deputado Nilson Gibson
Relator: Deputado Jorge Arbage

Prazo no Congresso: dia 4-5-83.

VIII — Levanta-se a sessão às 18 horas e 30 minutos.

política geral que já dera aqueles resultados socialmente negativos.

Nestas condições, a crise vem de longe. E, se mais longe quisermos ir, podemos afirmar que ela existia antes de 64, embora com contornos bem diferentes. Afinal, o golpe militar foi dado sob a alegação de que era uma solução para a crise de então, através da adoção da política econômica que vem sendo desenvolvida sem desfalecimento. Várias correntes se defrontaram com soluções diferentes, o que levou à derrubada do Governo do Presidente Goulart.

Por enquanto, vale só uma referência a outro tipo de divergência, nascida no seio das próprias forças que tomaram o poder. Um exemplo está no tratamento dado à questão da terra.

Era conhecida a proposta de alteração da Constituição de 1946, que exigia o pagamento prévio e em dinheiro para desapropriação de terras. Tão imperiosa era a necessidade de adoção de medidas reguladoras do assunto, que o atual regime mudou parcialmente essa exigência, para que o pagamento pudesse ser feito em títulos e a prazo, embora as condições continuassem a ser favoráveis aos grandes proprietários.

No entanto, a norma foi posta de lado pelo próprio regime, que só a utiliza em raros ditos de tensão social, isto é, nas oportunidades em que a resistência dos posseiros supera os mecanismos habitualmente utilizados para expulsá-los. O latifúndio foi revalorizado e batizado de “empresa agrícola”.

A justificativa dessa mudança de rumo seria a eficácia do grande empreendimento em comparação com o trabalho dos agricultores, que não podem comprar máquinas, adubos, inseticidas ou herbicidas. Os fabricantes desses produtos, companhias multinacionais, preferem evidentemente a "empresa agrícola", seu freguês constante, ao caboclo com a enxada na mão.

Esse tipo de "modernização de agricultura" fez surgir milhões de bóias-frias.

Noutros termos, prevaleceu, em relação à terra e em tudo, o pensamento de que os mecanismos de elevada concentração de riquezas acabariam possibilitando uma melhor distribuição de renda. Primeiro formá-la, depois distribuí-la, sem considerar os que se viam privados de recursos para sobreviver, pelo menos durante o tempo que decorreria entre a decisão tomada e seus resultados, se positivos viessem a ser.

Essa diretiva de governo, que não foi o pretexto aparente para o golpe, nem é certamente o pensamento de todos os que o apoiaram, cristalizou-se na vigência do atual regime. Foi acelerada a formação de um capitalismo que alguns classificaram de selvagem, para distingui-lo do capitalismo puro e simples.

Se é capitalismo, faltam-lhe, a rigor, o capital e o risco inerentes ao sistema. O capital é provido, no mais das vezes, por recursos públicos, por empréstimos privilegiados e a fundo perdido. Vem-se, por exemplo, iniciativas tomadas no Nordeste, para as quais essas fontes de recursos representam praticamente o total do investimento, com a agravante de que grande parte delas faliu, deixando ricos os seus donos. Vejam-se inúmeros casos noutras regiões. Acabamos sendo obrigados a louvar aquelas que funcionam. Ao menos, no meio de tanto estrago, dão trabalho a algumas pessoas num vasto mundo de desempregados.

Por sua vez, o risco não existe para os grandes grupos. Foi socializado, distribuído com setores dependentes, encarregados de operações consideradas secundárias.

O risco das montadoras e de empresas de comercialização de certos produtos agrícolas é dividido entre os fabricantes de peças, os concessionários de distribuição, os agricultores etc., que o repassam, quando e quanto podem, aos trabalhadores e consumidores. Por maior que seja a riqueza desses setores intermediários, sua dependência é manifesta; sua autonomia é limitada. São peças necessárias da vasta engrenagem que a monopolição forjou no curso da implantação desse capitalismo sem capital próprio e sem risco.

Até onde percebemos, passamos a constituir, como País, um "experimento avançado" do intrincado sistema de dominação mundial. Experimento mal sucedido, quando olhado do ângulo da maioria. Bem sucedido, quando visto pela pequena minoria que o implantou e que por ele vê atendidos seus interesses.

Na sua evolução, ele contou internamente com a sustentação direta ou indireta de vários setores sociais. Mas foi no exterior onde teve sempre seu principal apoio.

Agora, quando lhe falta esse apoio, posto a andar com suas próprias forças, revela que não as tem, deixando que se veja o que já se sabia: o erro de supor que o desenvolvimento do País podia ser feito com a internacionalização extremada da economia e, em consequência, das decisões; o engano de pretender fazer o bolo para depois dividi-lo, ao concentrar riquezas. Noutros termos, confiar nos grandes e menosprezar o esforço da imensa maioria da população.

Isso pode ser traduzido em fatos:

Pretender, por exemplo, que a grande "empresa agrícola" deve reinar em toda a parte importa admitir que os posseiros do Centro-Oeste e da Amazônia representam um entrave ao desenvolvimento. Há vários que estão presos, juntamente com dois padres, acusados de violação da Lei de Segurança. Tal situação contrasta com lições que podemos tirar da história da consolidação do nosso território e da formação da nossa nacionalidade: os posseiros ocuparam o território e asseguraram as fronteiras, como no Acre, onde defenderam a terra brasileira.

Na realidade de hoje, isso importa em ignorar o drama dos nordestinos. Em razão da seca, mas sobretudo da concentração da propriedade, estão sendo tangidos para mais longe. Também filhos de outras regiões, inclusive do Sul, emigram com o surgimento da empresa agrícola.

Pretender que a grande empresa mineradora deve reinar em toda a parte, importa em admitir que os garimpeiros são também um entrave. Historicamente, eles contribuíram para o desbravamento de nosso território, nas inúmeras bandeirinhas que o percorreram. Atualmente, começaram a exploração das grandes reservas de estanho, de onde foram expulsos pelas concessionárias e lançaram-se à cata de jazidas de ouro, como em Serra Pelada, onde 25.000 se concentram.

Os pressupostos que apontam a "poupança externa" como fator de desenvolvimento, ignoram essas e outras iniciativas produtivas da população em busca da sobrevivência. Apontam só os lados negativos que existem em todas as coisas. Louvam a modernização, as multinacionais, a economia de escala, de que decantam apenas aspectos tidos como positivos.

Se a dita modernização da agricultura no Sul gerou milhões de bóias-frias, a acelerada modernização de certos ramos industriais pela via de tecnologia importada criou graves problemas em áreas periféricas, onde a indústria tradicional fechou, sem que nada a substitua. É o caso do setor têxtil: em Pernambuco, quase todas as velhas fábricas fecharam as portas.

Há de se dizer que isso é o preço da implantação de uma economia competitiva. Quando se usa o cálculo econômico, a nível das empresas, não há o que discutir: ninguém ignora que fábricas aperfeiçoadas produzem mais e melhor.

As técnicas, porém, quando tomadas sem consideração para o contexto social, agravam os problemas. Como é sabido, a transplantação de tecnologia — por eficaz que pareça a nível de cada projeto — influi no ensino e na pesquisa. Nosso ensino destina-se agora mais à repetição do conhecimento importado do que ao aproveitamento da criatividade de nossa gente, que sempre demonstrou sua capacidade inovadora onde tem liberdade de ação.

Tudo isso põe em causa os fundamentos da estratégia do desenvolvimento, estabelecidos pelo atual regime. Os fatos condenam o "experimento avançado", sendo evidente que a tentativa de salvá-lo irá gerar novos e maiores sacrifícios, sem resultado.

A crise é todo um processo de mudanças para pior que se estendeu no tempo e que atingiu a população, marginalizando a maioria e trazendo dificuldades de todo tipo para outros setores. Não pode ser confundida com os embaraços dos responsáveis pela economia nas suas tratativas com os banqueiros internacionais.

O que aí está é consequência da política por eles adotada, na qual insistem sem vacilação. A quem não concorda, respondem pedindo uma fórmula salvadora. Com isso, pretendem que nos detenhamos na visão de acontecimentos isolados, de modo a gerar, também aí, um maniqueísmo, que levará sempre ao impasse. Ficaremos a exigir, como se deve, aliás, a saída do FMI, a contenção da remessa de lucros, o adiamento ou o não-pagamento da dívida, como fatos isolados, quando eles pertencem àquele processo.

Este é o que precisa ser mudado para que as decisões relativas àqueles fatos, sem dúvida importantes, possam ser tomadas em função da flexão dos rumos do desenvolvimento. A própria evolução da crise enrijeceu o quadro econômico e social, de modo a tornar clara, para os que não a viam, a necessidade de alteração das premissas em que foi assentado o crescimento econômico.

Se a crise é um processo, para dela sair torna-se preciso outro processo que se arrime sobre premissas inversas, no mínimo diferentes.

O programa do PMDB considera a mudança nos rumos do desenvolvimento como objetivo principal. Os entendimentos que possam ocorrer a nível político e administrativo devem ajustar-se à finalidade maior de defender a nossa soberania econômica e à solução de nossos problemas sociais.

Atuamos num processo dentro do qual podem aparecer fórmulas econômicas e políticas perfeitas e acabadas, se consideradas em si mesmas. Sobre elas, devemos refletir: se não confiamos em chefes salvadores, também não podemos aceitar fórmulas mágicas supostamente capazes de mudar a face das coisas.

Podemos aceitar fórmulas que se ajustem a um processo coerente de luta política e que, por estarem postas na ordem do dia, como tal apareçam. Assim ocorreu, por exemplo, com a eleição para governadores pela qual lutamos e cuja adoção foi útil na medida em que possibilita a distribuição de parcelas do mando interno. Isso facilita a colocação dos problemas nacionais e pode permitir uma conjugação de esforços que nos ajude a sair da situação atual, se dirigidos no sentido de resolver os problemas do País.

É preciso evitar, entretanto, a volta à política de governadores, usada na República Velha, como meio de satisfazer os interesses das oligarquias que detinham os governos estaduais. Noutros termos, cabe-nos zelar para manter a unidade de objetivos, impedindo que haja dispersão das nossas forças. Mas deixa de ser unidade a que se faz a qualquer preço, no mero intuito de mostrar que ela existe.

Defendemos a eleição direta para a Presidência da República, que não deve ser tomada como fórmula isolada.

O Sr. Fernando Santana — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Deputado?

O SR. MIGUEL ARRAES — Com muito prazer, Deputado.

O Sr. Fernando Santana — Ilustre Governador e Deputado Miguel Arraes, o discurso de V. Ex^a está sendo realmente uma análise correta de toda uma crise por que este País vem atravessando, e, como bem disse V. Ex^a, ela já se instalara muito antes de 1964. Mas daí para cá, Sr. Deputado, as coisas pioraram muito. Se V. Ex^a quiser relembrar, nos idos de 1964, a luta que se travava por uma reforma agrária justa e correta, há de verificar que hoje as condições reais para uma mudança na estrutura agrária brasileira são muito mais difíceis. Todos os bem sucedidos na indústria, no comércio e na exportação tornaram-se senhores de terras com os incentivos que o Governo permitiu. O pequeno e o médio lavradores ficaram completamente afastados da política de auxílio para a agricultura. Os incentivos serviram apenas para formar novos latifúndios. A prova disso está nos censos de 40, de 50, de 60, de 70 e de 80, sobretudo de 60 para 80. O que se verificou foi uma progressão geométrica do latifúndio, de um lado, e, de outro, o crescimento assustador do minifúndio. Hoje, se nós, brasileiros, quisermos fazer uma transformação no campo, vamos lutar com dificuldades imensas, porque aquilo que tínhamos até 1964 era o latifúndio tupiniquim, isto é, o latifundiário brasileiro até ignorante e que tinha seu poder político baseado numa grande área. Mas hoje esse poder do latifúndio foi sendo acrescido política, social e economicamente pelos grandes industriais, pelos grandes comerciantes, pelos grandes exportadores e também pelas multinacionais, que se tornaram neste País latifundiárias. A justiça que nós estamos a dever ao povo brasileiro, isto é, o resgate dessa grande dívida social que é a distribuição de terra àqueles que nela trabalham, será um problema muito mais difícil, muito mais duro de resolver do que em 1964. Encerro meu aparte porque não quero ocupar mais seu tempo.

O SR. MIGUEL ARRAES — Registro o aparte do nobre Deputado Fernando Santana. Devo dizer que, no breve tempo que me coube, procurei acentuar a mudança até do nome de latifúndio, porque não podia descrever a mudança de propriedade que passara para grandes senhores. Todo mundo sabe que, através de um inquerito a que se procedeu nesta Casa, grandes extensões de terras ao sul da Amazônia pertencem aos americanos. Quero apenas registrar uma discordância com V. Ex^a: a luta pela reforma agrária não cessou com o fechamento do Congresso, com a nossa cassação, com o nosso exílio,

mas continuou nos campos brasileiros por intermédio dos posseiros, que resistiram juntamente com aqueles que se organizaram nas bases. A luta pela reforma agrária permanece. Ela nunca cessou.

O Sr. Fernando Santana — V. Ex permite...*

O SR. MIGUEL ARRAES — Ela é do povo, e nós, aqui, que somos seus representantes, devemos ter a obrigação de trazer para cá as suas lutas, as suas reivindicações. (*Palmas.*)

O Sr. Fernando Santana — ... só para um esclarecimento? Não verifico nas nossas posições nenhuma discordância. Não afirmo que a luta pela reforma agrária tenha diminuído nesse período. Apenas disse que, em face das estatísticas do próprio IBGE, sabemos que essa luta hoje é muito mais difícil do que em 1964. Teremos que vencer muito mais forças para realizar a justiça social no campo. Foi isso o que asseverei, e não que a reforma agrária teria parado no tempo e no espaço.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Nobre Deputado Miguel Arraes, aviso a V. Ex* que dispõe de 4 minutos para concluir seu pronunciamento.

O Sr. Carlos Sant'Ana — Quero registrar, Deputado Miguel Arraes, a satisfação da Liderança do PMDB de vê-lo nesta tribuna, congratulando-me com V. Ex pela lucidez, tranqüilidade, falta de qualquer rancor que não vejo no seu discurso, mesmo depois de tantos sofrimentos nesta luta em prol do Brasil e dos interesses do povo brasileiro. Mas não posso deixar de registrar também que o partido se rejubila com esta Casa e com esta Nação pelas conquistas democráticas que conseguiu e que nos permitiram ouvir V. Ex* hoje desta tribuna.*

O SR. MIGUEL ARRAES — Muito obrigado V. Ex*.

O Sr. Sebastião Nery — Deputado Miguel Arraes, em meu nome e no do Partido Democrático Trabalhista, ocupo este microfone para dizer a V. Ex também em nome do povo brasileiro, que tenho certeza de que este é um instante de emoção, quando V. Ex* volta às tribunas nacionais. (*Palmas.*) Não pretendo e não preciso dizer que, evidentemente, estamos absolutamente de acordo com a exata, precisa, competente análise que faz da crise nacional, das dificuldades do País e, sobretudo, das responsabilidades por essas dificuldades e por esta crise. Deputado Miguel Arraes, fique certo de que venho a este microfone sobretudo para lhe dizer, em nome da minha geração, em nome do povo brasileiro, que nós lhe agradecemos não apenas pela justeza dessa análise, mas pela bela lição de coerência que é a vida de V. Ex*. (*Palmas.*)*

O SR. MIGUEL ARRAES — Muito obrigado, nobre Deputado. Com emoção registro o aparte de V. Ex*

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Concede-me V. Ex um aparte, Deputado?*

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — O Nobre Deputado Miguel Arraes precisa concluir seu discurso porque seu tempo já se esgotou. Poderia que não apartassem mais e que o nobre Deputado não mais concedesse apartes. A Mesa vai ser tolerante para que S. Ex* termine seu discurso.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Sr. Presidente, será um breve aparte, já concedido pelo orador.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Solicito a cooperação do Plenário. Vou prolongar um pouco o tempo para que S. Ex* termine seu discurso. Havendo mais apartes, não posso prolongar o tempo.

O Sr. Oswaldo Lima Filho — Sr. Presidente, serei breve. Deputado Miguel Arraes, a análise de V. Ex — já foi dito aqui — é perfeita e com ela o PMDB se rejubila, como se alegra com o retorno de V. Ex* ao Congresso Nacional, à vida política nacional, da qual foi exilado pela violência do golpe militar. Quero dizer, porém, que essa análise, que me parece de fundamental importância, deve ser acrescida de um dado novo: o PMDB e, anteriormente, o MDB, foi a grande, a admirável frente de luta pelas liberdades democráticas. Acredito, porém, que no momento essa frente deve meditar sobre algo fundamental: a questão nacional. Chegamos a um momento em que a dependência internacional levou o País ao impasse e até mesmo à aliança entre a burguesia nacional e o capital estrangeiro, à sombra e sob a tutela das forças militares, razão por que o País está em frangalhos. O PMDB, no meu entender e no de muitos, deve meditar sobre a necessidade de reformular sua posição diante da questão nacional.*

O SR. MIGUEL ARRAES — Registro o aparte de V. Ex* dizendo que acredito que não só nós iremos meditar sobre a questão nacional, mas também os outros partidos da Oposição, forças equívocas, todos os brasileiros haverão de meditar sobre a questão democrática e nacional — que constitui uma mesma e só questão sob pena de esta Nação deixar de ser tal para tornar-se um território economicamente ocupado. (*Muito bem! Palmas.*) Tenho esperança de que isso acontecerá, Sr. Presidente.

Peço a V. Ex* tolerância para ler algumas páginas que restam do meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Marcílio) — Infelizmente, nobre Deputado, o tempo de V. Ex* já ultrapassou três minutos. Cedo-lhe mais dois minutos para que conclua seu discurso.

O SR. MIGUEL ARRAES — Concluo-o, Sr. Presidente.

Tem-se em vista sobretudo restabelecer práticas democráticas. Práticas que devem ser instrumento de transformações destinadas a buscar rumos para o desenvolvimento social, econômico e político.

A rigidez das fórmulas pode levar a um maniqueísmo incompatível com o avanço de um processo mais abrangente de mudanças. Uma dessas fórmulas opõe civis e militares com o forte argumento de que estes estão, por período demasiado longo, ocupando a Presidência. Alguns concluem, noutro silogismo, que um civil é a solução.

Nada mais claro. No entanto, é preciso saber o que vai fazer esse civil, se está disposto a promover mudanças exigidas pela situação do País ou se pretende dar continuidade a esse "experimento avançado", cujo fracasso todo mundo constata no dia-a-dia. Insistir apenas na escolha de um civil, sem enfatizar as mudanças, pode dar a ilusão de que o simples fato de não ter farda vai acabar com a crise, quando, na verdade, estará sendo prolongada a ditadura econômica que infelicitou nosso povo.

Impõe-se uma revisão dos rumos adotados em todos os aspectos da vida nacional.

No plano externo, conquistar um relacionamento mais justo e equitativo para o País, que não pode resultar da boa vontade dos credores. Não por serem maus, por não compreenderem nossas dificuldades, mas pelo simples fato de que qualquer banco, nacional ou estrangeiro, tem a finalidade de ganhar dinheiro e não de fazer justiça ou distribuir equidade. Tal conquista depende do nosso trabalho e da força de que dispusermos.

Essa pretensão é modesta, se comparada, por exemplo, com objetivos colocados, desde há muito, pelos dirigentes do país mais poderoso das Américas, os Estados Unidos. Há meio século, o Presidente Wilson dizia que a

"irresistível energia da nação deve ser liberada para a conquista econômica do mundo". Desejamos apenas que a energia da nossa nação possa ser empregada para assegurar a sua própria sobrevivência, sem qualquer intuito de dominação presente ou futura.

No plano interno, mudar a premissa que leva os mecanismos do Estado a concentrar riquezas e centralizar o poder.

Viu-se que uma política inadequada das terras, das minas, da indústria, do ensino, tanto quanto de outros setores, toca a população por inteiro. Por isso mesmo, a democratização precisa ser ampla e acelerada, como resposta à também acelerada concentração de renda que ocorreu no passado e que ainda perdura.

O difícil quadro social e econômico aconselha que busquemos, sem ressentimento nem intransigência, um caminho para sair da crise — mas ele tem que passar necessariamente pelas questões que determinam a vida do nosso povo. Caso contrário não será o caminho do povo, correndo-se o risco de entrar nas tortuosas veredas das elites. Historicamente, elas preferiram as veredas aos caminhos para fugir do povo. Diante dos exemplos do passado cabe agora evitar erros que pesaram sobre a nação no decorrer do tempo, com as desigualdades regionais.

Pode ser mostrado que elas se agravaram com o atual regime que, inclusive, cortou remédios destinados a aliviá-las. Seria demasiado, porém, entender que ele as criou, embora possa continuar contribuindo, como na verdade ocorre, para o seu agravamento.

Frente à crise é necessário ir além da cordialidade entre correligionários ou adversários políticos. Para construir a Nação, é preciso adotar aquele redirecionamento.

Se existe acordo quanto a esse ponto, não cabe ficar girando em torno de palavras. Trêgua, concórdia, consenso são indícios do desejo de tranqüilidade em meio à insegurança reinante. Tranqüilidade todos desejam para todo o mundo, e quem não desejar nem sequer pode confessá-lo de público.

Mas é preciso que a palavra não venha apenas esconder entendimentos de que o povo se vê afastado. Sem ele, não há trêgua, consenso ou concórdia possível, a despeito da soma de todas as boas vontades.

No momento em que for encaminhada, com decisão, solução adequada para o problema nacional, de que a população é peça principal, teremos muito mais do que trêgua, consenso ou concórdia. Teremos trabalho e paz, que se obterão quando nossa gente for dona dos seus destinos.

Apesar dos contratemplos e obstáculos, é grande a nossa esperança. (*Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Congressistas, nos termos da Competência estabelecida pelo Art. 15 item d da Lei nº 4.284 de 20 de novembro de 1963, tendo procedido ao exame do Balancete Patrimonial e do Demonstrativo das Receitas e Despesas referentes ao período de 1-1 a 31-1-83, é de parecer que os mesmos se encontram corretos e em boa ordem, satisfazendo, assim, as exigências legais.

Brasília, 3 de março de 1983. — Senador Nelson Carneiro, Conselheiro — Senador Agenor Maria, Conselheiro — Deputado Aldo Fagundes, Conselheiro — Deputado Raul Bernardo, Conselheiro — Deputado Cardoso Alves, Conselheiro.